

Congresso já prepara posse presidencial

Solenidade de 1º de janeiro em que novos presidente e vice-presidente da República serão empossados é planejada em detalhes

A pesar de ainda faltarem cinco meses, os preparativos para a recepção e a posse do futuro presidente da República pelo Congresso Nacional tiveram início e devem envolver praticamente todos os setores do Senado. A secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra, designada pelo

presidente da Casa, José Sarney, como coordenadora das atividades, explica que “o número de atribuições e tarefas é muito grande e precisa ser dividido”. Comunicação Social, Polícia Legislativa, Informática, Engenharia e Gráfica estão entre os setores da Casa indispensáveis à organização da cerimônia. **2**

Combate à discriminação contra o idoso

Proposta sob o exame da Comissão de Assuntos Sociais garante indenizações a idosos prestadores de serviço que sejam vítimas de discriminação. A compensação prevista corresponde ao dobro do valor do serviço que deixar de ser prestado por recusa do contratante. **4**

Bordadeira Jucineide Oliveira, em Tobias Barreto (SE), lidera grupo de artesãs



Marcos Coutinho/Agência Câmara

ACM Júnior apoia aumento de 0,5 ponto na taxa de juro

“Não se pode descansar enquanto a inflação não chegar de novo ao centro da meta” e as condições fiscais no país obrigarem a um aperto monetário moderado, afirmou o senador. Os juros altos, disse, têm a ver com a “gastança desenfreada do governo”. **3**

Para Antonio Carlos Júnior, a decisão do Conselho de Política Monetária foi sensata



J. Freitas/Senado Federal

Projeto garante previdência a brasileiros no exterior

Proposta está em discussão na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Conforme o texto, os mais de 2 milhões de brasileiros que vivem em outros países teriam direito a se filiar à Previdência Social como segurados facultativos. **4**

Mesquita Júnior lembra que brasileiros no exterior enviam ao país US\$ 6,5 bi ao ano



J. Freitas/Senado Federal

Valor das indenizações a anistiados políticos pode ser revisto **3**



Cristina Gallo/Senado Federal

Jovens foram divididos em grupos de 200 pessoas na visita às dependências do Senado e da Câmara

Jovens metodistas visitam o Congresso

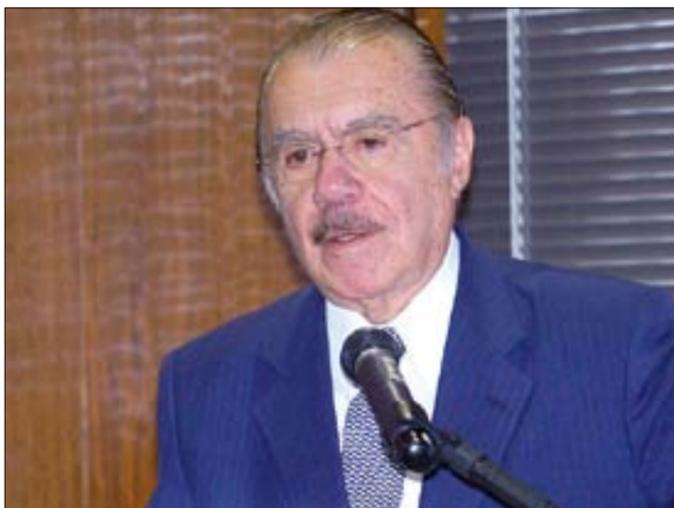
Cerca de mil adolescentes que participaram na semana passada do Encontro Nacional de Juvenis da Igreja Metodista visitaram o Senado e a Câmara. Eles vieram conhecer o funcionamento e as atribuições do Parlamento brasileiro. **2**

Presidente e vice-presidente da República serão empossados no dia 1º de janeiro do próximo ano durante sessão do Congresso Nacional

Senado começa a preparar posse presidencial

TRABALHAR PENSANDO EM todos os detalhes para evitar qualquer imprevisto. Essa é a missão que diversos setores do Senado Federal receberam no dia 12 deste mês, quando o presidente da Casa, José Sarney, assinou o ato 238/10. O documento – que designa a secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra Nascimento, coordenadora no Congresso Nacional das atividades relacionadas à cerimônia de posse do presidente e do vice-presidente da República –, apesar de conter poucas palavras, requer muita ação.

A cerimônia oficial da posse do novo presidente da República e do seu vice vai ocorrer somente no dia 1º de janeiro do próximo ano. No entanto, os trabalhos para que tudo transcorra de acordo com o planejado já iniciaram. Até a data agendada, praticamente todos os setores do Senado estarão envolvidos em atividades



José Sarney assinou, no dia 12, ato em que designa a coordenação dos preparativos

relacionadas ao evento. A tarefa de Claudia Lyra não é apenas assessorar a Mesa do Congresso durante a sessão de posse.

– O número de atribuições e tarefas é muito grande e precisa ser dividido – afirmou Claudia Lyra em entrevista à Rádio

Senado.

Não vai faltar trabalho, por exemplo, para a Secretaria-Geral da Mesa, Diretoria-Geral, Secretaria de Relações Públicas, Cerimonial e Assessoria de Relações Internacionais da Presidência do Senado, veículos da Secretaria

de Comunicação Social, Polícia Legislativa, Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Gráfica) e Prodasen, além das secretarias de Administração de Contratações, de Patrimônio e de Engenharia.

– Temos um trabalho bastante diversificado que é realizado antes, de forma prévia, e também durante a sessão solene do Congresso Nacional. Temos inclusive que atuar na prevenção, mantendo profissionais de plantão para eventuais problemas que possam ocorrer com eletricidade, iluminação e ar-condicionado. Também destacaremos equipes de serviços gerais, ascensoristas, fornecimento de água e profissionais da limpeza – explicou a secretária-geral da Mesa.

Os convites para a solenidade serão impressos na Gráfica do Senado. Além das autoridades habituais, alguns convidados específicos serão elencados pe-

los presidente e vice-presidente eleitos. O Serviço Médico também funcionará em regime de plantão durante a sessão, da mesma forma que o Prodasen manterá equipes preparadas para solucionar problemas que atinjam a rede de computadores da Casa. Os veículos de comunicação do Senado cobrirão a solenidade.

O rito da sessão deverá ser o seguinte: abertura pelo presidente da Mesa do Congresso, senador José Sarney, e execução do Hino Nacional. Em seguida, o 1º secretário da Mesa do Congresso, deputado Rafael Guerra (PSDB-MG), lerá o termo de posse a ser assinado pelo presidente eleito, pelo vice e pelos demais parlamentares integrantes da Mesa. Sarney os declarará empossados e passará a palavra para o presidente eleito. O último a se pronunciar antes do encerramento da sessão será o senador José Sarney.

Prevenção em áreas de risco: destaque na CDR

Projetos de infraestrutura básica e de regularização fundiária – inclusive os do programa Minha Casa, Minha Vida – não poderão ser implantados em assentamentos localizados em áreas de risco. Essa é a determinação de um dos projetos aprovados no primeiro semestre pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). A medida visa preservar encostas e prevenir deslizamentos que podem resultar em mortes.

O relator, senador Gerson Camata (PMDB-ES), ressaltou que a Lei 11.977/09, que criou o programa Minha Casa, Minha Vida, precisa se adequar às exigências de regularização fundiária que impedem a implantação de assentamentos em áreas perigosas

ou insalubres, como encostas de morros e várzeas de rios.

O projeto (PLS 99/10) prevê que os responsáveis pela implantação de infraestrutura básica ou regularização fundiária em terrenos com declividade superior a 30%, ou em condições geológicas que não aconselhem edificação, bem como em áreas de preservação ambiental, ficam sujeitos a pena de reclusão de um a quatro anos, além de multa.

Benefícios

Outra proposta relevante aprovada pela CDR neste ano beneficia os municípios de regiões mais pobres em programas habitacionais. De acordo com o projeto (PLS 331/06), a União poderá reduzir ou dispensar a

contrapartida financeira desses municípios nas transferências voluntárias para programas habitacionais de interesse social.

A medida beneficia cidades com população inferior a 25 mil habitantes no Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A matéria, da ex-senadora Roseana Sarney (PMDB-MA), foi relatada pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MT).

Um terceiro projeto que passou pelo crivo da CDR no semestre elimina a necessidade do visto temporário para empregados estrangeiros de navio de turismo internacional aportado em águas brasileiras. A autora, Serys Slhessarenko, argumenta, na justificativa do projeto (PLS 548/09), que o Brasil está próximo da marca de 1 milhão de chegadas de turistas internacionais por ano, por isso o setor necessita de um olhar mais atento.

No total, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo realizou no primeiro semestre 11 reuniões e três audiências que debateram temas como aviação regional, segurança da aviação civil e a proposta de isenção do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante para determinadas mercadorias.



Comissão debateu, no primeiro semestre, temas como segurança da aviação civil

Cerca de mil adolescentes de todo o Brasil que participaram do Encontro Nacional de Juvenis da Igreja Metodista do Brasil (Juname) visitaram quinta-feira o Senado Federal e a Câmara dos Deputados. A cada duas horas, grupos de 200 jovens conheceram as dependências do Palácio do Congresso Nacional e o funcionamento do Parlamento brasileiro. Um vídeo de apresentação das duas Casas, mostrando suas atribuições, abriu a atividade. A visita dos adolescentes, entre 12 e 17 anos, ao Congresso fez parte das atividades do encontro de jovens metodistas, que acontece a cada dois anos numa cidade diferente. Neste ano, realizou-se em Brasília. O evento teve início quarta-feira e terminaria no domingo. A escolha da capital do país, segundo os organizadores, deveu-se ao cinquentenário da fundação de Brasília, celebrado em 21 de abril.



Cristina Gallo/Senado Federal

Correção

É incorreta a informação publicada pelo **Jornal do Senado**, em sua edição 3.276, de 20 de julho, de que a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) não era candidata a nenhum cargo eletivo. Na verdade, ela concorrerá a uma vaga na Câmara dos Deputados. Seu mandato termina em janeiro de 2011.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo Alves e Osmar de Jesus Miranda

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquêas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle

Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Engenheiro de alimentos como fiscal federal

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) quer incluir o profissional de Engenharia de Alimentos na carreira de fiscal federal agropecuário. Para o parlamentar, é o trabalhador mais bem capacitado a inspecionar o processamento de substâncias na indústria alimentícia.

O projeto (PLS 734/07) de Arthur Virgílio está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e tem parecer favorável do senador Osmar Dias (PDT-PR).

O texto inclui entre as atribuições do fiscal federal agropecuário a inspeção sanitária do acondicionamento, da preservação, da distribuição, do processamento, do transporte e do abastecimento de produtos da indústria alimentícia. Essa medida propiciará o ingresso nessa carreira de engenheiros de alimentos.

Arthur Virgílio diz estar certo de que um especialista em processamento, como o engenheiro de alimentos, tem muito a contribuir para o setor de fiscalização de alimentos de origem agropecuária.

Já aprovado na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), o projeto será votado em decisão terminativa pela CCJ.

Exigências de segurança para barragens

Será votado pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) projeto que estabelece parâmetros mínimos de segurança para a implantação de barragens, por meio da criação da Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB) e do Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens (Snisb).

A proposta (PLC 168/09) é do deputado Leonardo Monteiro (PT-MG) e tem como relator o senador licenciado Gilberto Goellner (DEM-MT), que apresentou voto favorável à aprovação, com emendas de redação (que não alteram substancialmente).

Monteiro argumenta que a implantação de barragens no Brasil nem sempre tem obedecido a parâmetros mínimos de segurança. Segundo ele, isso ocorre tanto na construção quanto na manutenção dessas estruturas, pois são feitas sem conhecimento sobre as condições hidrológicas e geotécnicas locais, sem projetos e sem o acompanhamento de profissionais habilitados.

– Situação pior ocorre com os aterros ou barramentos construídos para formar depósitos de resíduos líquidos industriais. Esses depósitos são, na maioria das vezes, verdadeiros lixões onde são jogados resíduos de alto potencial poluidor, quando não tóxicos e perigosos para a saúde humana e para o meio ambiente em geral – alerta.

Senador elogia decisão do Banco Central, tomada semana passada, de aumentar juros, pois “não se pode descansar enquanto a inflação não chegar de novo ao centro da meta”, e defende adoção de uma meta de déficit nominal zero

Antonio Carlos Júnior considera sensato aumento de 0,5 ponto na Selic

O SENADOR ANTONIO Carlos Júnior (DEM-BA) considera sensata a decisão do Conselho de Política Monetária (Copom) e do Banco Central de aumentar em 0,5 ponto percentual a taxa de juros referencial (Selic), porque “não se pode descansar enquanto a inflação não chegar de novo ao centro da meta” e as condições fiscais no país obrigarem a um aperto monetário moderado. Segundo ele, a previsão anterior dos economistas e do mercado era de um aumento de 0,75 ponto percentual, mas a economia brasileira tem se desacelerado, principalmente no setor industrial, e, por isso, o percentual menor.

O parlamentar afirma que o problema do aumento dos juros tem a ver com os déficits fiscais do passado, o que tem se agravado com o que classifica como “gastança desenfreada do governo”.

– A taxa de juros, para ser baixa no Brasil, tem que ser limpa, livre de problemas fiscais que vêm se acumulando ao longo do tempo. Precisamos de uma meta de déficit nominal zero, nem que seja a longo prazo, mas que sinalize que vamos cortar gastos, reduzir a carga tributária, e, aí sim, poderemos crescer com juros baixos e sem risco de inflação – disse o senador,



ACM Júnior critica “gastança desenfreada do governo”

que aponta quatro problemas que o próximo governo terá de atacar.

O primeiro deles é o ajuste fiscal por meio da redução de gastos e não do aumento de impostos. O segundo, a redução da carga tributária, o que seria possível com o corte de gastos públicos. Depois, a questão dos marcos regulatórios e da infraestrutura, que é extremamente precária para as necessidades do Brasil. Finalmente, uma taxa de juros civilizada.

O senador admite, porém, que será muito difícil, quase impossível, pensar em corte



de gastos e ajuste fiscal severo quando o país tem pela frente a organização da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos, no Rio de Janeiro, em 2016, porque, ao final das contas, o grosso do investimento virá mesmo do setor público.

– Não se pode chegar ao déficit nominal zero em cinco anos, concordo, mas que se estabeleça a meta de consegui-lo em 10 ou 15 anos. A simples sinalização de austeridade, de que se vai chegar lá, já criaria um ambiente favorável para investimentos, com uma reforma tributária que aliviasse quem investe.

Segundo o senador, não existe poupança no país para investir em infraestrutura porque o governo gasta tudo. Ele adverte ainda para o fato de que as condições internacionais vão ser desfavoráveis por muito tempo. Para ele, Europa e Estados Unidos estão longe de sair da crise. Ele adverte para um risco ainda maior:

– O governo está apostando tudo no petróleo do pré-sal para os próximos 20 ou 30 anos. Enquanto isso, o mundo inteiro caminha para o lado contrário, aposta tudo em fontes limpas de energia – afirmou.

Indenizações a anistiados políticos podem ser reduzidas

O Senado poderá modificar o cálculo do valor das indenizações por danos morais e materiais devidas aos anistiados políticos. Projeto nesse sentido está em análise na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O relatório do senador Demostenes Torres (DEM-GO) é favorável à iniciativa.

O projeto (PLS 517/07) do ex-senador Expedito Júnior altera a lei que regulamenta o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Entre outras mudanças, o texto reduz dos valores relativos aos danos materiais alegados pelos anistiados aqueles obtidos em

atividade remunerada exercida durante o período dos prejuízos que dizem ter sofrido em decorrência do regime militar. Com isso, podem ser reduzidas as indenizações pagas. Expedito Júnior argumenta que, sem a dedução, proporciona-se o enriquecimento às expensas do Estado

– São bem conhecidos os casos de anistiados que não apenas conseguiram meio de subsistência após a intervenção do regime ditatorial em suas vidas, mas que chegaram a amealhar patrimônio material considerável, e, até mesmo, superior ao que comportariam caso se mantivessem em seus empregos anteriores – afirma

Demostenes Torres considera justa a dedução dos valores obtidos pelo anistiado em atividade profissional.

– A indenização deve, necessariamente, ser medida pela extensão do dano causado, englobando em seu cálculo lucros cessantes, danos emergentes e o dano de natureza moral – explica o senador, que preside a CCJ.



Relator Demostenes Torres concorda com dedução no valor das indenizações

Projeto proíbe fundações de subcontratar serviço não licitado

Instituições que prestam serviços a universidades com dispensa de licitação poderão ficar proibidas de subcontratar os serviços. É o que estabelece projeto de lei do senador licenciado Raimundo Colombo (DEM-SC) que está na CCJ para receber decisão terminativa.

Ao justificar a proposta (PLS 246/09), o autor informa que a Lei de Licitações (Lei 8.666/93) dispensa a licitação na contratação de fundações que subsidiam instituições federais de ensino superior. Essas fundações, diz Colombo, oferecem suporte às universidades nas atividades de pesquisa, ensino e desenvolvimento institucional. O projeto altera a Lei de Licitações para impedir que essas fundações sirvam de intermediárias para celebração de contratos entre as instituições federais e as empresas, sem o processo de concorrência pública, o que pode gerar desvio de recursos públicos.

– Essa autorização legal vem sendo utilizada com a finalidade escusa de burlar a exigência de licitação para a aquisição de

bens e serviços pelos órgãos da administração pública – observa Raimundo Colombo.

A proposta, explica o autor, visa proibir a subcontratação nos casos em que as fundações de apoio sejam contratadas com dispensa de licitação. Nos casos em que as próprias entidades desempenhem o serviço, a dispensa da licitação é mantida.

Em seu parecer, o relator da matéria, senador Hélio Costa (PMDB-MG), considera necessário o aperfeiçoamento da legislação para vedar a atuação de fundações como intermediárias para contratos fraudulentos.



Colombo, autor da proposta, quer fechar brecha para fraudes abertas por dispensa de licitação

Emigrantes contribuem para a economia nacional enviando para o Brasil cerca de US\$ 6,5 bilhões por ano, mas tempo trabalhado fora do país não conta para aposentadoria

Brasileiro no exterior poderá ser segurado da Previdência

OS MAIS DE 2 milhões de brasileiros que vivem em outros países poderão passar a contar com o direito de se filiar, como segurados facultativos, à Previdência Social. A possibilidade está prevista em projeto do senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), em análise na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

A proposta (PLS 86/10), que tem como relator o senador José Agripino (DEM-RN), modifica a Lei 8.212/91 para garantir a possibilidade de filiação à Previdência de "brasileiros emigrados ou residentes permanentes em outros países". Atualmente, são admitidos como segurados facultativos os maiores de 14 anos, desde que não enquadrados nos casos de segurados obrigatórios da Previdência.

Em defesa de seu projeto, Mesquita Júnior lembra que os brasileiros emigrados ou residentes no exterior enviam ao país cerca de US\$ 6,5 bilhões por ano, segundo informações do Fundo Monetário Internacional relativas a 2005.

O senador observa ainda que



Acima, festa do Brazilian Day, em Nova York, reúne milhares de brasileiros que moram nos Estados Unidos. Ao lado, José Agripino, relator

a situação jurídica dos brasileiros no exterior é bastante diversificada, havendo quem tenha visto de residência temporária, permanente ou permissão de trabalho. Mas grande parte dos emigrados, lembra Mesquita Júnior, "vive ilegalmente, sofrendo as consequências dessa condição".



Márcia Kalume/Senado Federal

Projeto autoriza secretaria de apoio a emigrados

Projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a criar a Secretaria de Apoio a Brasileiros no Exterior (Seabe) aguarda votação na CRE. Apresentada em 2006 pelo senador Valdir Raupp (PMDB-RO), a proposta tem como objetivo oferecer aos brasileiros residentes no exterior atenção especial por parte do governo brasileiro.

Raupp reconhece que o governo tem demonstrado interesse pela causa dos brasileiros que residem no exterior, mas, em sua avaliação, "faltam ações políticas eficientes que produzam efeitos concretos". Para ele, a criação da Seabe seria um passo importante para o aperfeiçoamento das relações humanas, sociais e de negócios



Raupp: "Faltam ações políticas eficientes" para brasileiros no exterior

entre aqueles brasileiros e o governo, pois a instituição estaria vinculada diretamente ao Poder

Executivo e teria canais políticos com o Poder Legislativo e outras instituições governamentais.

O projeto (PLS 47/06) lista como atribuições dessa secretaria as remessas de dinheiro do exterior para o Brasil; o incremento comercial e de viagens, investimentos, turismo e intercâmbios culturais dessas pessoas com o Brasil; o auxílio jurídico para a legalização e aquisição de documentos; a defesa da integridade física, da liberdade e do patrimônio dos brasileiros no exterior; entre outras.

O relator, senador Cristovam Buarque (PDT-DF), defende a aprovação da matéria destacando que esses brasileiros "têm direito ao auxílio consular e diplomático".

Idoso que trabalha como autônomo pode ganhar proteção

Com o objetivo de evitar a discriminação contra idosos que trabalham como prestadores de serviço (autônomos ou representantes comerciais, entre outras atividades), Lúcia Vânia (PSDB-GO) apresentou projeto (PLS 314/07) que aguarda votação na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

A senadora lembra que a Lei 9.029/95 já proíbe a discriminação contra os idosos no que se refere à admissão ou à permanência da relação jurídica de trabalho. Mas ela argumenta que essa proteção se restringe a quem tem vínculo empregatício – não estariam protegidos, portanto, os prestadores de serviço. Seu objetivo é estender a medida

a esses últimos.

Uma das mudanças propostas pela senadora determina que "o rompimento da relação de trabalho por ato discriminatório assegura ao prestador de serviço a percepção, em dobro, da remuneração referente ao período de afastamento".

O relator, senador licenciado Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), que defende a aprovação do projeto, lembra que, de acordo com o Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03), considera-se idoso o maior de 60 anos. Ele ressalta que a proposta se insere tanto no campo da legislação trabalhista (no que se refere às relações de emprego) como no campo do direito civil (no que se refere aos



Lúcia Vânia pretende que idoso vítima de discriminação seja indenizado

prestadores de serviço).

O projeto receberá decisão terminativa na CAS. Ou seja, se for aprovado, poderá ser enviado diretamente à Câmara dos Deputados.

Márcia Kalume/Senado Federal

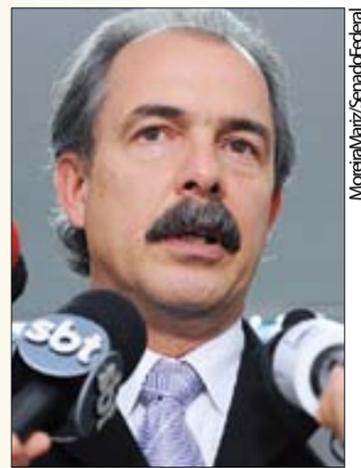
Dinheiro do FAT para qualificação de policiais

O treinamento e a qualificação dos profissionais da segurança pública podem ganhar mais uma fonte de financiamento: o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). O uso dos recursos do fundo nessas atividades está previsto em projeto que aguarda votação na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O autor da matéria (PLS 251/07) é o senador Aloizio Mercadante (PT-SP), que apresentou o texto original da proposta em maio de 2007. Para viabilizar o uso do FAT na preparação de profissionais da segurança pública, o projeto inclui entre as competências do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) aprovar e acompanhar a execução de plano de trabalho de requalificação desses trabalhadores. Além disso, visando implementar o plano, o Codefat também poderia celebrar convênios e parcerias com os estados.

Educação

Antes de chegar à CAS, o texto passou pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, onde foi aprovado com o



Moreira/Valiz/Senado Federal

Mercadante propõe nova fonte de financiamento para segurança

acréscimo de uma emenda do senador Cristovam Buarque (PDT-DF). A emenda permite que os recursos do FAT sejam destinados também à qualificação dos profissionais da educação básica.

Em seu relatório sobre a matéria, a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) recomenda a aprovação do texto com a emenda de Cristovam. O projeto receberá decisão terminativa da CAS, ou seja, se aprovado, poderá ser enviado diretamente à Câmara dos Deputados, sem necessidade de votação pelo Plenário do Senado.

Prisão para político que fica com salário de comissionado

Pessoa ou partido político que exigir ou receber de funcionário comissionado de governo (nomeado temporariamente, sem concurso público) percentual do seu salário estará cometendo crime. O responsável pela ação poderá ser condenado de um a três anos de cadeia, além de pagar multa. Isso é o que prevê projeto (PLS 369/07) em exame na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A criminalização dessa prática foi proposta pelo senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), que pretende inserir dois artigos sobre o assunto no Código Penal. Para ele, "é entrinsecador ver a prática mercantilista" na ocupação de cargos públicos, cujos nomeados assumem o compromisso de retirar parte de seus salários para destiná-la a políticos ou partidos políticos.

Arthur Virgílio entende que essa prática "fere de morte o princípio da moralidade administrativa", pois a maior exigência não será a capacidade da pessoa indicada para os chamados cargos de confiança, mas sim seu compromisso em direcionar parte do salário para os responsáveis por sua nomeação sem concurso público. Sem que se



J.Freitas/Senado Federal

Arthur Virgílio: prática mercantilista na administração é entrinsecadora

puna esse repasse, é de se prever que uma parte dos governantes tentará cada vez mais aumentar o número de comissionados, argumenta o autor.

O relator do projeto na CCJ, senador Marconi Perillo (PSDB-GO), recomenda sua aprovação, ponderando que, sem a criminalização, o nomeado passará a obedecer "exclusivamente ao agente ou partido com o qual fez o deplorável ajuste".

Arthur Virgílio lembra que projeto parecido foi apresentado em 2005 pelo deputado Ricardo Barros (PP-PR). Com o fim da legislatura, a matéria foi arquivada. Por isso, Virgílio apresentou a proposta no Senado.